

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

N.º 085/2024

CERTIDÃO

Certifico que este ato foi publicado
no placar Oficial do Município.

Goiás-GO, 23 / 09 / 2024

Dorival Salomé de Aquino
Sec. Mun. Adm. e Finanças e
Gestor do Município de Goiás-GO

*CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE GOIÁS E BRUNO
BARBOSA NUNES DA SILVA*

Sec. Adm. e Finanças

O MUNICÍPIO DE GOIÁS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 02.295.772/0001-23, com sede na Praça da Bandeira, nº 01, Centro, CEP: 76.600-000, Cidade de Goiás-GO, fone: (62) 3371-7726, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças e Gestor da Administração, o **Sr. DORIVAL SALOMÉ DE AQUINO**, brasileiro, portador da CI/RG nº 1981635 – DGPC/GO, e inscrito no CPF sob o nº 418.978.541-53, residente e domiciliado na Rua Joaquim Bonifácio, nº 09, Centro, CEP: 76.600-000, Cidade de Goiás-GO, na qualidade de **CONTRATANTE** e, de outro lado, **BRUNO BARBOSA NUNES DA SILVA**, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 031.116.541-92, do RG nº 5342693 – SPTC/GO e PIS/PASEP sob o nº 136.740.41315, residente e domiciliado(a) na Rua Bartolomeu Bueno, Setor Central, CEP: 76.600-000, Cidade de Goiás-GO, denominado(a) neste ato **CONTRATADO (A)**, entre si firmam o presente **CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**, de acordo com o processo de Credenciamento nº 002/2024, com a Constituição Federal, artigo 37, inciso IX, Lei Municipal nº 381, de 07 de março de 2024, e normas gerais da Lei 14.133/21, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS SERVIÇOS

O presente Contrato tem por objeto a contratação de profissional de nível fundamental, por tempo determinado, para atuar junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços públicos, deste município, na função de Trabalhador Braçal, inerente a vaga oriunda do Processo de credenciamento nº 002/2024, realizado pelo Município de Goiás, por necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com a Lei Municipal nº 381, de 07 de março de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 – Obrigações do(a) CONTRATADO(A):

a) Profissional contratado deverá trabalhar na confecção de blocos, pavers, meio fio e bloquetes, bem como na manutenção de vias públicas, incluindo colocação, recolocação e organização de blocos/bloquetes;

B) serviços de coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas e

prédios públicos, coleta resíduos domiciliares e resíduos coletados nos serviços de limpeza e conservação de áreas públicas.

C) Conservar as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc.;

D) preservar vias públicas (varrer sarjetas e calçadas, varrer calçadas, amontoar detritos e folhagem, acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos, empurrar carrinho – recolher e ensacar animais mortos, solicitar remoção de entulho);

E) Conservar áreas públicas (rastelar, roçar, capinar, lavar áreas públicas; pintar guias, postes, viadutos, muretas, etc.);

2.2– Obrigações da CONTRATANTE:

- a) Dispor de recursos necessários para a execução dos serviços;
- b) Realizar o pagamento, nas condições e datas previstas;
- c) Deverá acompanhar e fiscalizar, regularmente, a prestação dos serviços pelo(a) Contratado(a).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor global do presente contrato é de **R\$ 4.518,40 (Quatro mil e quinhentos e dezoito reais e quarenta centavos)**, a ser pago em 1(uma) parcela no valor de 282,40 (Duzentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos) e mais 3 (três) parcelas mensais iguais e sucessivas, no valor de **R\$1.412,00 (Um mil e quatrocentos e doze reais)** até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao fato gerador.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Manutenção das atividades de Obras e Serviços Públicos 81.15.451.73.2.143 elemento 33.90.36 Outros serviços de Terceiros Pessoa Física, ficha 663.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

Este Contrato vigorará pelo período de **25/09/2024 a 31/12/2024**, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, observando-se a Lei Municipal n.º 381, de 07 de março de 2024.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO E DA MULTA CONTRATUAIS

6.1 – O presente contrato poderá ser rescindido:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos artigos 138 e 139 da Lei n.º 14.133/2021, sem que caiba a(o) CONTRATADO(A) o direito a qualquer indenização;
- b) Por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração Pública;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação.

6.2 – Em caso de rescisão deste contrato por infração de quaisquer das cláusulas, a parte infratora indenizará a parte prejudicada com o pagamento de multa contratual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1 – A inexecução ou execução parcial do contrato sujeitará o(a) CONTRATADO(A), garantindo-lhe prévia defesa, às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária do direito de participar de licitações promovidas pelo Município de Goiás e impedimento de contratar com o mesmo por um prazo de 03 (três) meses a 02 (dois) anos;
- c) rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo único. Pelo não cumprimento das disposições previstas neste Contrato ficam as partes sujeitas às penalidades estabelecidas na Lei nº 14.133/21, mais a multa contratual prevista na Cláusula Sexta.

CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato é regido pelo Processo de credenciamento nº 002/2024, da Constituição Federal, artigo 37, inciso IX, Lei Municipal n.º 381, de 07 de março de 2024, e normas gerais da Lei 14.133/21, independentemente de transcrição, declarando as partes terem integral conhecimento do texto legal e que a ele se submetem.

CLÁUSULA NONA – DAS OMISSÕES

Os casos omissos no presente contrato serão decididos, conforme o caso, nos termos da legislação vigente aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 14.133/21, e posteriores modificações, o Código Civil Brasileiro, as resoluções normativas do egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, bem assim toda a legislação de regência aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao CONTRATANTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida do instrumento de Contrato e de seus aditamentos, conforme disposto no art. 94 e art. 174 da Lei 14.133/21

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCAL DO CONTRATO:

Fica designada o servidor Lucio Flavio Da Cunha Teixeira, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Goiás-GO, para dirimir quaisquer questões porventura oriundas da execução deste Contrato, que não sejam solucionadas administrativamente, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de iguais teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Goiás-GO, 23 de Setembro de 2024.



MUNICÍPIO DE GOIÁS
CNPJ sob o nº 02.295.772/0001-23r
DORIVAL SALOMÉ DE AQUINO
Secretário Municipal de Administração
Finanças e Gestor da Administração
CONTRATANTE



LUCIO FLAVIO DA CUNHA TEIXEIRA
CPF nº 515.312.911-04
Fiscal do contrato(a)



BRUNO BARBOSA NUNES DA SILVA
CPF nº 031.116.541-92
Contratado(a)

Testemunhas:

01) _____

CPF: _____

02) _____

CPF: _____